

**TOTALITARISMO E FASCISMO:
considerações sob a ótica da razão argumentativa e da Nova
retórica**

Marcelo Fernando Quiroga Obregón¹

Fecha de publicación: 15/07/2016

Sumário: Introdução. **1.** Características do totalitarismo. **2.** Fascismo, suas origens, ditaduras militares, democracias autoritárias populistas. **3.** A legitimação pela razão prática e argumentação de Perelman. Considerações finais. Referências.

Resumo: O presente artigo pretende analisar as causas do surgimento dos regimes totalitários à luz da obra “Origens do Totalitarismo” e do pensamento de Hannah Arendt, assim como as influências do mesmo nos diferentes sistemas políticos e de governo da atualidade. Abordaremos também, o estudo sobre as diferenças entre democracias autoritárias e sistemas ditatoriais, assim como uma análise em relação ao surgimento das democracias *bolivarianas* e das suas mudanças constitucionais. O tema do totalitarismo está relacionado com o fascismo, com características similares mas diferentes na sua concepção, estas divergências serão observadas neste mesmo trabalho a fim de conseguir uma compreensão mais ampla destes dois sistemas que ainda estão vigentes na formação política dos Estados modernos. Por fim analisaremos as limitações nos Estados

¹ Discente do curso de doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória – FDV - Mestre em Direito Internacional e Comunitário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG- Especialista em Política Internacional pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Coordenador Acadêmico da Especialização em Direito Marítimo e Portuário da FDV. Professor de Direito Internacional e Direito Marítimo e Portuário da FDV. E-mail: mfqobregon@yahoo.com.br

Autoritários para a formação do livre convencimento pela Argumentação.

PALAVRAS-CHAVE: Totalitarismo. Fascismo. Autoritarismo. Argumentação Jurídica. Racionalidade.

INTRODUÇÃO

O século XX deu lugar ao surgimento de diferentes formas de governo, como consequência do estado de beligerância principalmente no continente europeu que levaram a profundas crises econômicas, afetando esses países em todas as suas camadas sociais assim como nos seus meios de produção, desestruturando a organização política, dando lugar ao surgimento de executivos mais autoritários e com plenos poderes na toma de decisões, com o argumento de que a Europa estava atravessando por um período de permanentes ameaças de guerra.

Este temor, fez com que os legislativos e judiciários aceitassem, momentaneamente, até o momento da estabilização e pacificação da Europa, a formação de governos autoritários e militaristas, transformando-se em sistemas totalitários, destruindo o “espaço público”, dando lugar à formação de uma coletividade massificada.

Pretendemos analisar neste trabalho, numa primeira parte, a importância do espaço público numa sociedade democrática, assim como a importância do discurso, para evitar a formação de grupos de pessoas, que pela falta de senso crítico e permanente despolitização, se transformam em uma massa social amorfa, facilmente manipulada pela ideologia e propaganda de um sistema totalitário. As origens, as características e os motivos do surgimento dos sistemas totalitários.

Na segunda parte do trabalho, trataremos de explicar porque algumas das características do totalitarismo, exercem certa influência nos sistemas democráticos modernos e nos governos Plurinacionais ou *bolivarianos*, que começam a se implementar na América Latina; os mesmos que através da manipulação e fazendo uso e abuso da sua maioria popular, modificam as Cartas Constitucionais para se eternizar no poder transformando-se em *democracias autoritárias*.

A análise do Fascismo completará esta segunda parte do trabalho, comentando sobre as raízes ideológicas e a influência de juristas e teóricos políticos, como Gaetano Mosca, Mikhail Bakunin, Charles Maurras e Georges Sorel, até a sua criação como movimento político em 1919 por Benito Mussolini.

Nesta parte do trabalho, faremos uma comparação com as ditaduras militares e as suas características como formas de governo, as suas relações com o poder econômico e com a classe trabalhadora, assim como o surgimento do populismo como uma forma distorcida de democracia participativa.

Na terceira parte afirmamos que no conceito do convencimento de Chaim Perelman encontramos a chave para defender um ambiente político adequado a uma sociedade livre, onde não seja adequada a implementação de sistemas autoritários.

1 CARACTERÍSTICAS DO TOTALITARISMO

O totalitarismo é um fenômeno que acontece em sociedades densamente povoadas, para poder manter o controle das massas e submeter as minorias. Este fato não acontece em países com pouca população, porque os resultados podem ser negativos e desastrosos para o regime, tornando o sistema totalitário inviável, já que nas sociedades pouco povoadas há uma ausência de força bruta e os cidadãos costumam estar mais organizados em partidos, sindicatos e movimentos culturais, participando da condução e fiscalização da coisa pública.

Há uma exceção no caso dos países da Europa Oriental, durante a guerra fria, já que os mesmos se encontravam sob o controle e domínio absoluto de Moscou, alastrando o movimento totalitário a estas sociedades e evitando a organização nacional através da perseguição, tortura e diferentes formas de violência contra a população.

Na atualidade, o totalitarismo, é um fenômeno que pode ser imposto em qualquer Estado como consequência do lado negativo da globalização e a descrença e desmoralização das autoridades democraticamente eleitas, as mesmas que aproveitando a sua posição, defendem interesses pessoais e partidários, abandonando as necessidades básicas da população tais como saúde, educação, transporte público, segurança jurídica e que geralmente encontram-se envolvidas em atos de corrupção acarretando a indignação da sociedade, a mesma que se sente abandonada e desamparada.

Hannah Arendt, explica que uma das características dos movimentos totalitários é a figura do líder, o mesmo que esta dotado de um grande carisma pessoal que atrai e fascina as massas através do discurso ou de atitudes que impressionam às multidões e vem nele a figura do salvador desse grupo social. É a fama de que desfrutam seus líderes, mas que assim como são elevados a um patamar messiânico, com a mesma facilidade são derrubados, para Arendt,

Nada caracteriza melhor os movimentos totalitários em geral – e principalmente a fama de que desfrutam seus líderes – do que a surpreendente facilidade com que são substituídos”. (ARENDR, 2009, p.355).

O fenômeno acima explicado pode ser justificado pelo fato de que as massas são extremamente volúveis por uma série de fatores, como a falta de personalidade, despreparo político e organizativo etc. Conquistar as massas através do espaço público e do discurso mentiroso é o objetivo principal dos líderes totalitários, e de esta maneira assumir o poder e usufruir dele de maneira ditatorial realizando mudanças políticas e constitucionais em nome das massas e com o apoio incondicional das mesmas.

A influência exercida sobre as massas é desconcertante, posto que estas são dominadas física e mentalmente ao ponto de obedecer cegamente qualquer decisão do líder. Arendt, explica que, o que é desconcertante no sucesso do totalitarismo é o verdadeiro altruísmo dos seus adeptos, ao ponto de não vacilar quando o monstro começa a devorar os próprios filhos como aconteceu no nazismo alemão, no bolchevismo soviético ou no comunismo chinês, transformando-os em fanáticos, ao ponto de destruírem todos os seus valores.

É importante salientar a explicação oferecida por Hanna Arendt ao termo massa, que segundo a mesma:

[...] só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou a sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto”. (ARENDR, 2009, p.361).

Não podemos afirmar que a indiferença, neutralidade na administração pública ou a falta de cultura ou participação política, são os únicos elementos para o surgimento dos governos totalitários, na atualidade, a desigualdade social, a má distribuição de renda, a corrupção e a própria globalização que fortalece cada dia mais o sistema capitalista, podem nos conduzir à formação de sistemas totalitários ou pseudo-democracias autoritárias como as que existem atualmente em alguns países da América-latina, mesmo que não estejam densamente povoados e que seus espaços territoriais sejam relativamente pequenos.

Milon Carlos Rocha Mattedi afirma que o atributo essencial ao ser humano é a liberdade, e para que esta seja exercida corretamente, deve ser feita através da liberdade política, o que significa, o exercício pleno da

liberdade de expressão e da discrepância de ideologias políticas dentro de uma sociedade, esse embate de ideias políticas ou pensamentos diferentes devem ser realizados nos espaços públicos, os mesmos que devem ser preservados e respeitados para preservar a pluralidade de ideias e posicionamentos diferentes e críticos em benefício da construção de uma sociedade democrática. (2007, p.395).

O fortalecimento e a manutenção do espaço público, que na atualidade podem estar constituídos pelos diferentes meios de comunicação (oral, escrita, televisiva), incluindo as redes sociais criadas pela tecnologia globalizada, manifestações e marchas de protesto etc., é a única forma de evitar o surgimento dos sistemas ou movimentos totalitários, a existência do espaço público é um obstáculo para a implementação e fortalecimento destes sistemas, posto que dificultam as práticas de controle, dominação e atos de violações.

A inexistência do espaço público faz com que uma sociedade organizada se transforme em sociedade massificada, sem personalidade, disposta a obedecer incondicionalmente ao *caudilho* e cometer verdadeiras atrocidades. O espaço público fornece ao indivíduo a possibilidade de praticar a sua liberdade através do permanente diálogo político com seus semelhantes.

Milton Rocha, ao se referir à importância do espaço público e a política para o exercício da liberdade do indivíduo, afirma:

Somente no espaço público e na política, que o homem deixa de ser um simples animal e transcende a sua existência para a formação de sua realidade e criação de seu destino, transformando o mundo ao seu redor, junto com seus pares". (2007, p.401).

Esta é a diferença entre o homem e o animal. A superioridade do homem consiste na liberdade do discurso e o debate das ideias entre seres humanos dentro de um espaço de liberdade aberto à sociedade. Rocha continua afirmando que:

Pode-se entender os contornos do espaço público com base na definição do que era a *polis* grega. A *polis* não se constituía de um território com as suas edificações, ou mesmo das leis vigentes. Era um espaço intelectual, completamente material onde homens considerados iguais e livres discutiam sobre assuntos de maior relevo, a política. A verdadeira *polis* nunca foi uma cidade, mas um espaço público politicamente organizado. E justamente aí é que se encontrava a sua importância e o orgulho da comunhão por seus cidadãos em participar desta coletividade. A *polis* era o espaço público propriamente dito. (2007, p.401).

Na prática, a *polis* era um verdadeiro espaço público, o centro das decisões políticas e dos interesses dessa sociedade avançada e berço da

civilização ocidental conformada por homens livres dispostos a discutir ideias em benefício dos seus cidadãos através do discurso.

A destruição do espaço público e da liberdade do discurso dá lugar à transformação da sociedade, organizada em sociedade massificada composta por pessoas neutras e politicamente indiferentes, facilitando o surgimento de líderes messiânicos, “salvadores da pátria”, que através da propaganda enganosa e demagógica, e da imposição ideológica, fortalecem seu poder e controle da sociedade.

As características do totalitarismo têm poucas divergências em sociedades consideradas de esquerda ou de direita, como tradicionalmente são consideradas em razão da sua tendência ideológica. Muito pelo contrário, nasce de uma crescente apatia presente numa massa de pessoas indiferentes, desconectadas de interesses políticos. A ascensão do totalitarismo, inclusive, demonstra o fim das ilusões dos Estados democráticos: a de que o povo se interessa por política e de que tem afinidade com um ou com outro partido. (ARENDR, 2009, p. 439).

Os regimes totalitaristas tendem a convergi, mostrando características comuns como o regime de partido único (um partido de massas); centralização dos processos de tomada de decisão no núcleo dirigente do Partido Único; burocratização do aparelho estatal (dominação legal); Intensa repressão a dissidentes políticos e ideológicos; culto à personalidade do(s) líder(s) do partido e do Estado (dominação carismática); patriotismo, ufanismo e chauvinismo exacerbados; intensa presença de propaganda estatal e incentivo ao patriotismo como forma dos trabalhadores; censura aos meios de comunicação e expressão; paranóia social e patrulha ideológica; militarização da sociedade e dos quadros do Partido; busca de um inimigo em comum para justificar o endurecimento do regime (judeus, negros, socialistas na doutrina nazi-facista; burgueses na doutrina stalinista; imperialismo norte-americano nos atuais sistemas “bolivarianos”).

Estas características se encaixam perfeitamente na conformação dos atuais governos latino-americanos conhecidos como “*bolivarianos*”, que serão analisados na segunda parte deste trabalho.

2 FASCISMO, SUAS ORIGENS, DITADURAS MILITARES, DEMOCRACIAS AUTORITARIAS POPULISTAS

O fascismo surge como um movimento de essência nacionalista, defendendo a teoria de que um Estado deve ser governado por uma minoria organizada dominando desta maneira a uma maioria desorganizada, ou governando a esta maioria que não tem condições de governar, esta teoria é

conhecida como a Teoria das Elites, desenvolvida pelo jurista e cientista político Gaetano Mosca, outros autores como Charles Maurras defendiam a ideia do “Nacionalismo Integral”, afirmando que um Estado deveria ser governado por um poderoso monarca que deveria ser o líder ideal para a nação.

Este movimento se fortalece com as conseqüências políticas, sociais e econômicas geradas pela Primeira Guerra Mundial, o triunfo da Revolução Russa e o fortalecimento dos movimentos comunistas em diferentes países da Europa. O fascismo foi apresentado como partido político em 1921. Desde essa altura, a palavra “*fascista*” é usada para mencionar uma doutrina política com tendências autoritárias, anticomunistas e antiparlamentares, que defende a exclusiva autossuficiência do Estado e suas razões, que são superiores ao direito e à moral, fazendo uso recorrente a forças social-revolucionárias. (FASCISMO, 2015).

Na prática, esta forma de regime autoritário surge na Itália, como um movimento político criado por Benito Mussolini em 1919, provém da palavra em latim *fasces*, símbolo das legiões romanas, feixe de varas amarradas em volta de um machado de guerra, podia ser entendido também como um símbolo de unidade “Na união está a força”.

Em 1922, após o triunfo nas eleições democráticas da Itália, Mussolini, membro do Partido Socialista Italiano, se apodera do controle do poder, eliminando o parlamento e os partidos políticos. Estabeleceu assim um regime fascista e totalitário com o apoio dos sindicatos fascistas, da igreja, da sociedade, dos empresários, criando uma imagem de estabilidade política, econômica e social, através de um regime disciplinado e severo.

Para Lew Rockwell (2014),

O que distingue a variedade fascista de intervencionismo é a sua recorrência à ideia de estabilidade para justificar a ampliação do poder do estado. Sob o fascismo, grandes empresários e poderosos sindicatos se aliam entusiasticamente ao estado para obter estabilidade contra as flutuações econômicas, isto é, as expansões e contrações de determinados setores do mercado em decorrência das constantes alterações de demanda por parte dos consumidores. A crença é a de que o poder estatal pode suplantar a soberania do consumidor e substituí-la pela soberania dos produtores e sindicalistas, mantendo ao mesmo tempo a maior produtividade gerada pela divisão do trabalho.

Estas formas ilusórias de políticas econômicas e sociais, mantidas através de mecanismos autoritários, com explosões chauvinistas de profundo amor à pátria, controle dos meios de comunicação, militarismo,

censura e propaganda, conduzirão à implementação de ditaduras e ao deterioro do sistema econômico da sociedade.

Há uma grande diferença entre fascismo e outras formas autoritárias de governo, como no caso das ditaduras militares, posto que o poder do primeiro, “esta fundamentado em organizações de massas e tem uma autoridade única. Os seus membros são na sua grande maioria provenientes da classe operaria e da pequena burguesia rural e urbana, ou seja, dos ameaçados pelos fortes intervenientes do grande capital e do sindicalismo comunista”. (FASCISMO, 2015).

Já as ditaduras militares, de uma maneira geral estão conformadas por um comando conjunto de membros das forças armadas (ou triunvirato, com representação de representantes de cada uma das forças: Exército, Força Aérea, Marinha e Policia) de um determinado país, apropriando-se do governo através de um golpe militar, geralmente com características violentas, utilizando seu poder bélico contra grupos de civis desarmados e sem preparo ou instrução militar, podem contar com o apoio de uma parte da população ou de grupos sociais. Uma vez instalados no governo assumem uma postura eminentemente autoritária, destruindo o sistema democrático anteriormente estabelecido, e atentando contra todas as liberdades individuais.

Muitas das características do fascismo e do totalitarismo se misturam ou são similares a algumas das características das ditaduras militares ou dos governos autoritários ou democracias autoritárias, assim como dos governos populistas democraticamente eleitos, especialmente na América Latina nesta última década.

Ao analisarmos os atuais governos populistas que surgiram na América Latina, denominados, de maneira errada de “*bolivarianos*” fazendo uma alusão ao militar e político venezuelano Simon Bolívar, descendente de família nobre espanhola, o mesmo que liderou a libertação do domínio espanhol de cinco nações ou colônias espanholas (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia), motivo pelo qual recebeu o título de *LIBERTADOR*, considerado herói da América Latina o maior integracionista do Continente, grande visionário, o sonho dele era a criação de uma grande nação hispano-americana a *GRAN COLOMBIA* desde o México ate o Cabo de Hornos, implementando uma verdadeira integração continental, morreu em 17 de dezembro de 1830 doente e desiludido por não ter conseguido o seu objetivo e o apoio dos seus seguidores; observamos que estes governos populistas, reúnem características peculiares, as mesmas que se mantém desde a época colonial.

O caudilhismo, é uma das características das sociedades latino-americanas, surge como um mecanismo de solução dos problemas sociais, políticos e econômicos através da consolidação da figura de um líder forte, carismático e idôneo e identificado com o povo para mobilizar e conduzir os seus seguidores atrás de objetivos comuns, eliminando qualquer indivíduo ou grupo social que contrarie os seus interesses.

Carlos Malamud explica que:

Desde a época do primeiro peronismo, os populistas latino americanos apostaram pela polarização e o deterioro social como um mecanismo idôneo para fazer política e mobilizar os seus seguidores atrás dos seus grandes objetivos. Rapidamente o próprio Juan Perón se encarregou de instalar a ideia de sua identificação com a pátria e que aquele que não o apoiava, representava a antipátria. Nesta lógica binária todo era branco ou preto, bom ou ruim. Depois da Revolução Cubana a dicotomia se condensou na fórmula “Pátria ou morte”, agregando-lhe um componente necrófilo à defesa da causa” (2013, tradução nossa)²

O peronismo argentino consolidou um sistema de governo populista que se arrasta até os nossos dias através de eleições democráticas, caudilhos, homens e mulheres, amparados na figura de Perón se elegem e reelegem continuamente com o apoio das majorias, modificando as suas constituições, aprovadas pela maioria dos legisladores que eles controlam e que favorecem os seus interesses individuais e partidários, consolidando sua permanência no poder e implementando uma democracia autoritária.

Hugo Chávez segue o exemplo de Perón e Fidel Castro, fortalece o sistema de governo populista, dando início à formação do “totalitarismo bolivariano”, governando através de permanentes consultas populares plebiscitos e referendos, fortalece a formação dos movimentos sociais e utiliza a Constituição como uma ferramenta favorável aos seus interesses, como no peronismo argentino, o seu seguidor Nicolás Maduro, sobrevive sob o *manto sagrado* de Chávez, imitando todos os atos do *caudilho morto* incluindo a voz, vestuário, fisionomia, discurso como um simples boneco de ventríloquo, a fim de manter viva a figura do líder e manter o controle sobre o povo o mesmo que está dando mostras de insatisfação e cansaço como consequência da crise econômica, as medidas populares demagógicas e a má administração e a corrupção.

² Desde la época del primer peronismo, los populistas latino-americanos apostaron por la polarización y la crispación social como un mecanismo idóneo para hacer política y movilizar a los suyos detrás de sus grandes objetivos. Rapidamente el propio Juan Perón se encargó de instalar la idea de su identificación con la patria y que todo aquel que no lo apoyaba representaba la antipatria. Em esta lógica binaria todo era blanco y negro, bueno o malo. Tras la Revolución Cubana la dicotomia se condensó en la fórmula “Patria o muerte”, agregandole un componente necrofilico a la defensa de la causa

Carlos Malamud afirma que

[...]este não é um problema que afeta unicamente à Venezuela. Evo Morales, Rafael Correa, Daniel Ortega e Cristina Fernandez, mantem políticas similares. Desta maneira, não há lugar para a política, na medida em que a política é a forma de solucionar conflitos sociais pacificamente e mediante o diálogo entre os partidos. Evidentemente isto não exclui a mobilização, porem o velho recurso, utilizado com abuso ultimamente, a desqualificação do outro. Dizer que a oposição é golpista pelo fato de que também deseja ganhar as eleições, significa fechar todas as portas e janela à política (2013, tradução nossa).³

Existe um comum denominador nestes regimes populistas, o discurso é o mesmo, acusar aos seus opositores de pro-oligarcas e pro-imperialistas, a oposição é sempre golpista e antirrevolucionária, após eleitos, convocam constituintes subordinadas a eles para elaborar cartas constitucionais a seu gosto e para eternizá-los no poder, submetem ao Executivo os poderes Judiciário e Legislativo, manipulam os processos eleitorais, restringem liberdades e direitos, criam e apoiam movimentos sociais e conselhos populares e outras entidades extraparlamentares para silenciar a população.

3 A LEGITIMAÇÃO PELA RAZÃO PRÁTICA E ARGUMENTAÇÃO DE PERELMAN

Chaim Perelman, no desenvolvimento de sua teoria, buscou uma reabilitação da Filosofia Prática para superar as fronteiras limitadoras do pensamento herdado do neopositivismo lógico. Como consequência de uma epistemologia duplamente reduzida, ao empirismo e à lógica formal, não há lugar no paradigma positivista para um discurso de valor com sentido, sendo relevado ao não sentido da lógica formal.

Perelman, por meio da Argumentação Jurídica, supera esses limites buscando aporte na razão prática. É na dialética do raciocínio jurídico, no convencimento e razoabilidade, que o Direito será compreendido como legítimo. O que era antes irracional passa a ser considerado sob a ótica da argumentação. As Ciências Humanas não necessitam, e nem podem, trazer para si os métodos epistemológicos das ciências naturais, com sua pretensão de precisão matemática. Aristóteles já trouxe o conceito de que “é característica do homem instruído buscar a precisão, em cada gênero de

³ Pero éste no es un problema que solo afecta a Venezuela. Evo Morales, Rafael Correa, Daniel Ortega y Cristina Fernandez se empenñan en conductas similares. De este modo no hay lugar para la política, en la medida que la política es la forma de solucionar los conflictos sociales pacificamente y mediante el dialogo entre los partidos. Evidentemente esto no excluye la movilización, pero si el manido recurso, del que se abusa demasiado ultimamente, la descalificación del outro, Decir que la oposición es golpista porque quiere ganhar las elecciones es cerrar todas las puertas y ventanas a la política.

coisas, apenas até o ponto que a natureza do assunto permite”. (ARISTÓTELES, 2003, p.19). O fato é que o Direito existe no campo da razoabilidade e da dialética, e assim é na releitura da retórica aristotélica que Perelman construirá a Teoria da Argumentação Jurídica. Diferente do que pregava o positivismo, há a possibilidade de se argumentar sobre a Justiça com sentido. Há uma importância na ligação entre ética e retórica, ainda que não necessária (ADEODATO, 2011, p 335).

O primeiro passo se encontra no alargamento do conceito da razão cartesiana, aquela que orienta a “não incluir em meus juízos nada além daquilo que se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida”. (DESCARTES, 1999, p.23). A compreensão do Direito, por outro lado, opera na verossimilhança, na razoabilidade e no senso comum. O objetivo da lógica é demonstrar, e o da argumentação, convencer. O convencimento, por meio da razão prática, consubstancia a Nova Retórica de Perelman. A Nova Retórica é o estudo das técnicas discursivas que tratam de provocar ou de acrescentar a adesão a teses apresentadas a um determinado auditório. A finalidade é a adesão, o convencimento, enquanto a teoria da verdade tem como finalidade a demonstração. Interessa à Nova Retórica a fundamentação racional que justifica o agir humano.

É no conceito de convencimento que encontraremos a chave para defender um ambiente político que não seja autoritário. A argumentação tem por base as opiniões, as controvérsias e as negociações, incompatíveis com os regimes fascistas e totalitários. Como afirma Arendt, “A política totalitária afirma transformar a espécie humana em portadora ativa e inquebrantável de uma lei à qual os seres humanos somente passiva e relutantemente se submetem”. (2009, p.614). Apenas num ambiente plural, democrático, torna-se possível o convencimento.

O convencimento, para Perelman, ocorre no encontro de racionalidades. O orador, utilizando de argumentos que sejam universalizáveis, apela para a racionalidade do auditório. Este, por sua vez, numa posição de igualdade racional (Perelman trabalha os conceitos de encontro de espíritos e auditório universal), compreendem os argumentos expostos, que são razoáveis mas mantém, sempre, a possibilidade de contra argumentação. O convencimento, assim, ocorre pela via da não violência. A técnica da argumentação, efetivamente, suplanta a violência de uma verdade imposta. Nesse sentido também podemos afirmar que a retórica é contrária ao solipsismo (ADEODATO, 2011, p.337), o que reforça sempre o reconhecimento do outro, no campo da linguagem. Essa comunicação é plural, não imposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características dos sistemas totalitários europeus que surgem como consequência dos resultados desastrosos da Primeira Grande Guerra analisadas por Hannah Arendt, na sua obra “As origens do Totalitarismo”, se mantêm vigentes na sociedade contemporânea, adaptadas às mudanças e efeitos econômicos, políticos e sociais de um mundo globalizado.

Conforme exposto, tentamos demonstrar que a destruição do espaço público e conseqüentemente a proibição do debate ideológico através de atitudes antidemocráticas, são o pré-requisito para a consolidação do totalitarismo, dando lugar ao surgimento de novas formas de governo, como as democracias autoritárias ou os governos democráticos populistas. É apenas no espaço público que a livre argumentação pode ocorrer. Sem ele, o convencimento, como entendido na Teoria da Argumentação, não tem oportunidade para ocorrer.

As características originárias dos sistemas totalitários encontram-se vigentes, adaptando-se aos fenômenos sociais contemporâneos, tais como as crises econômicas, o desgaste ou desmoralização da classe política, os atos de corrupção, o descaso do poder público com as políticas de saúde, educação e segurança, dando lugar ao surgimento de governos populistas liderados por caudilhos *messiânicos*, carismáticos e fortes como figuras salvadoras do grupo social, que com o tempo se transforma em uma massa sem personalidade e sem capacidade de discernimento político, fanaticamente leal ao líder e a sua ideologia. Sem a possibilidade de igualdade, não é possível às massas compartilharem as premissas de uma argumentação. Cabe-lhes apenas a imposição de valores, fundados no carisma de um governante, sem espaço para contra argumentação.

Fizemos uma comparação entre fenômenos políticos tais como o totalitarismo, fascismo, ditaduras militares e democracias populistas autoritárias, observando que as mesmas possuem algumas características que são similares em determinados aspectos e que adéquam à realidade e ao *modus vivendi* do grupo social. Em nenhuma delas não há espaço para uma Teoria da Argumentação, e assim não espaço nenhum para uma participação legítima no poder.

Analisamos a origem do surgimento do populismo latino-americano, que deu lugar a uma nova forma de totalitarismo denominado de “*bolivariano*”, que assumem o poder através de processos eleitorais democráticos, com um forte discurso populista, que fascina às grandes majorias, negligenciadas em seus direitos e participação cidadã por políticos tradicionais preocupados em satisfazer os seus interesses pessoais ou do partido ao qual representam.

Na posse do governo, convocam constituintes com ampla maioria a favor do governante, com o objeto de realizar a elaboração de novas Cartas Constitucionais, que beneficiem os interesses do caudilho e que facilitem a reeleição contínua, para eternizar-se no poder e o controle do Poder Judiciário e Legislativo, governando numa aparente democracia participativa.

Finalmente, na análise feita à obra de Chaim Perelman, observamos que espaço público é um ambiente de encontro de racionalidades onde é permitido o debate com argumentos universalizáveis, através do uso da racionalidade dos membros da sociedade democrática, permitindo a contra argumentação através de métodos pacíficos, de uma fundamentação ética que exige a presença do outro, evitando a imposição de ideologias e verdades impostas, dando lugar a governos autoritários e espaços de violência e de convencimento.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, João Maurício. **Uma Teoria Retórica da Norma Jurídica e do Direito Subjetivo**. São Paulo: Noeses, 2011.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FASCISMO. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/fascismo/>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

MALAMUD, Carlos. **A doutrina do nós e eles: a polarização social, em curso na Venezuela, 2013**. Disponível em: <<http://diplomatizando.blogspot.com.br/2013/09/a-doutrina-do-nos-e-eles-polarizacao.html>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Teoria da Argumentação Jurídica e Nova Retórica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PERELMAN, Chaim. **Lógica Jurídica: a nova retórica**. São Paulo: Martins-Fontes, 1998

ROCHA, Mattedi Milton Carlos. **Liberdade e Totalitarismo: Os movimentos totalitários modernos e o Estado de exceção como seu instrumento**. Revista da Faculdade de Direito de Campos. Ano VIII, Nº 10. Campos dos Goitacazes: Ed. FDC, Junho de 2007-Semestral.

ROCKWELL, Lew. **O que realmente é o fascismo.** 2014. Disponível em:
<<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1343>>. Acesso em: 28 abr.
2015.